

Inicia-se Ciclo de Debates que marca os 10 anos da AMB

Nos seus 10 anos de presença e ação no movimento de mulheres, a AMB tem afirmado o feminismo como o campo de sua identidade e norte de sua atuação. Por isto, feminismo será o tema que marcará os seminários que estão sendo organizados nas cinco regiões do País, em parceria com fóruns, redes, núcleos e articulações estaduais dos movimentos de mulheres que integram a AMB.

A idéia dos debates públicos é revisitar questões e polêmicas clássicas feministas, atualizar e discutir referências teóricas contemporâneas, sistematizar as muitas contribuições para a prática e proposições do movimento de mulheres, enfim, buscar uma atualização e aprofundamento das referências de análises e das orientações estratégicas para a ação dos movimentos frente o contexto mundial e local.

O ciclo de debates está associado com reuniões regionais entre os fóruns, redes, núcleos e articulações e inicia-se pelo Nordeste, em Recife, com a filósofa e escritora francesa Françoise Collin (11 e 12 de abril) que abordará as teorizações feministas e o pensamento de Hannah Arendt sobre poder, esfera pública e esfera privada.

A agenda continua no Rio de Janeiro, entre 14 e 17 de abril, com uma conferência pública de Françoise sobre práxis feminista, seguida de um seminário organizado pela AMB e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos- CLAM, sobre liberdade e mercantilização do corpo.

No Rio, em evento casado ao seminário da AMB, acontece o lançamento das comemorações pelos "30 anos ininterruptos de feminismo no Brasil", em referência ao aniversário do histórico seminário da ABI, do qual emergiu o Centro da Mulher Brasileira, mais importante organização feminista dos anos 70.

Os debates na AMB seguem no segundo semestre, com seminários nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Os temas incluem Estado, cultura, economia e política.

Além da reflexão sobre as perspectivas críticas do pensamento feminista, os eventos também prevêem reuniões regionais que, entre outras coisas, tratarão de definições estratégicas frente a pautas políticas das Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, os processos dos fóruns sociais, a luta feminista e anti-racista nas políticas públicas no governo Lula e a defesa dos direitos humanos num contexto de mundialização do capital.

Legalizar o aborto!

A instalação da Comissão Tripartite que revisará a legislação punitiva do aborto, no Brasil, sem dúvida representa a primeira conquista feminista, no País, no século XXI.

A partir do ato de instalação, (dia 6, em Brasília) dar-se início a uma intensificação da luta pela legalização do aborto, dentro de uma ofensiva feminista coordenada pelas Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro.

Na opinião de Schuma Schumaheer, que representará a AMB e a AMNB na Comissão, este é o momento de "Arregaçar as mangas, de ficarmos atentas e vigilantes, sobretudo com o Congresso, no momento em que for encaminhada a proposta da Comissão, que, esperamos, seja favorável à causa feminista". Schuma lembra ainda a sensibilização de parlamentares mais próximas/os do movimento como uma tarefa importante, chamando a atenção para o contexto das próximas eleições.

A instalação da Comissão Tripartite representa ainda o cumprimento, por parte do Governo Federal, das deliberações da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e dos acordos e tratados internacionais assinados pelo governo brasileiro, incluindo a Plataforma de Beijing, "revalidada recentemente por 200 delegações dos países membros da ONU, que se comprometeram, entre outras ações, a rever as leis que prevêem medidas punitivas contra as mulheres que tenham se submetido a abortos ilegais", conforme destacou a ministra Nilcéa Freire, da SPM.

A primeira reunião da Comissão, com presença das/os 18 representantes dos Poderes Executivo e Legislativo e da Sociedade Civil, deve acontecer no próximo dia 12.

CONtextos Especial**Semana de Ação Mundial sobre o comércio**

10 a 16 de abril de 2005

Destacamos nesta edição a Semana de Ação Mundial – uma convocatória idealizada por mais de 100 ativistas de 50 países, reunidos, na Conferência Internacional de Campanhas de Comércio, em Delhi (Índia, 2003). A iniciativa da semana foi saudada e aprovada ano passado, no Fórum Social de Mumbai e desde então passou a ser organizada.

Integram-se à Semana de Ação Mundial milhares de ativistas de vários países, que desejam fazer uma mobilização importante contra o livre comércio, considerando que “são as instituições, as condições, regras e práticas do comércio internacional o que mantém muitas pessoas aprisionadas à pobreza”.

A Semana não é uma campanha ou rede, mas uma oportunidade - para as redes e campanhas já existentes - de atuar conjuntamente. Não está liderada por nenhuma organização ou grupo de organizações e não existe um comitê diretivo. Qualquer organização pode participar.

Buscando contribuir para o debate, no contexto do movimento de mulheres, enviamos nesta edição seis artigos.

Em seu texto, Graciela Rodriguez ressalta a necessidade de “debater o modelo econômico em curso e as medidas necessárias para mudar seu rumo”, focando o modelo de desenvolvimento implantado na América Latina e os impactos das políticas macroeconômicas sobre as mulheres.

Grazielle Costa faz uma síntese dos desafios impostos pela liberalização comercial sobre as conquistas das mulheres, particularmente pela “mercantilização do conhecimento e pela apropriação do sistema de propriedade intelectual por parte das corporações transnacionais”.

Sirley Gaspareto entra nesse debate a partir da questão dos transgênicos, destacando: “A sociedade neoliberal com suas políticas de exploração dos bens naturais visando à concentração da renda nas mãos de poucos, condena a vida do planeta e dos seres humanos, fabrica os transgênicos, planeja a ALCA, a violência, a morte”.

Graciete Gonçalves descreve impactos da liberalização do comércio na vida das mulheres que atuam na pequena produção, frisando que “A OMC, baseada na lógica capitalista neoliberal, coloca a produção acima da reprodução, naturalizando o trabalho reprodutivo ao feminino e retirando a responsabilidade do Estado de atender as demandas sociais”.

Kátia Guimarães fala das ameaças da liberalização dos mercados e das economias sobre os direitos humanos, especificamente sobre o direito à saúde: “A liberdade do comércio garantida às empresas viola o direito de tratamento a que toda pessoa deveria ter acesso”.

Solange Rocha debate também o direito à saúde, mas a partir da crítica à reforma neoliberal do Estado, apontando a precarização da saúde pública como estratégia para legitimar investimentos e a existência de uma rede privada de saúde, justamente em um país que assegura a universalidade deste direito.

Alguns Objetivos da Semana

- Desafiar o mito do livre comércio
- Propor uma alternativa: comércio com justiça (políticas que permitam às comunidades ter o controle de seus próprios recursos e apoiem a superação da pobreza
- Revelar ao mundo que o “livre” comércio e a privatização leva milhões de pessoas à miséria.
- Pressionar governos, fortalecer iniciativas da sociedade
- Demonstrar que o movimento mundial da sociedade civil contra o livre comércio já é forte e está crescendo.

Mais informações: www.abril2005.org

Clair Castilhos eleita relatora - No fechamento desta edição, registramos a divulgação oficial do nome de Clair Castilhos como um/a dos/as Relatores (as) Nacionais em Dhesc. Clair assumirá a relatoria do direito humano à saúde.

Comemorando a eleição da companheira Clair, aproveitamos para parabenizar o projeto relatores pela sua importância, pelo processo de seleção que reuniu candidatas/os de alto nível intelectual e político. E saudamos as companheiras Eleonora Menecucci, primeira relatora para o direito humano à saúde, e Lúcia Xavier, que atuou como assistente nesta relatoria. A atuação de ambas nos inspira a todas! Parabéns Léo, Lúcia e Clair!